



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
SEDESE/CONEPIR - Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial

Ata

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL -  
CONEPIR/MG – 16 DE ABRIL DE 2025

PRESIDENTE: CLÉVER MACHADO

No dia 16 de abril de 2025 foi realizada virtualmente a Terceira Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONEPIR/MG), realizado por meio do Link: [https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting\\_ZjdjNDc4YzctYWMYi00OTdkLWlxOWItOGE0NWZmOWYxNmM3%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22e5d3ae7c-9b38-48de-a087-f6734a287574%22%2c%22Oid%22%3a%22e1d45e4a-5248-45b4-a77b-821a5b9ac964%22%7d](https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_ZjdjNDc4YzctYWMYi00OTdkLWlxOWItOGE0NWZmOWYxNmM3%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22e5d3ae7c-9b38-48de-a087-f6734a287574%22%2c%22Oid%22%3a%22e1d45e4a-5248-45b4-a77b-821a5b9ac964%22%7d). O presidente Cléver Machado iniciou a reunião plenária dando boa tarde a todos e a todas, sejam bem vindos e agradeço a presença de vocês. Vou pedir a secretária executiva Elenir para fazer a chamada dos conselheiros presentes a fim de verificar o quórum e relacionar os nomes daqueles que justificaram ausência. O plenário foi instalado com a presença da maioria qualificada exigida, conforme o Regimento Interno, Art.16 - §4º - O Plenário instalar-se-á e deliberará com a presença de, no mínimo, metade mais um dos Conselheiros Titulares ou Suplentes no exercício da titularidade, ressalvadas as hipóteses previstas neste Regimento que requeiram quórum qualificado ou especial. **Representantes Governamentais Conselheiros (as):** 1) Clever Machado e Erika Soares Martins (SEDESE/Subsecretaria de Direitos Humanos); 2) Ana Caroline Valeriano (SEDESE/Espportes); 3) Fátima Cristina Pinto (SEDESE/Subsecretaria de Assistência Social); 4) Nayara de Castro Dias (SECULT); 5) Rosa Maria dos Santos (SES); 6) Érika Cristiane Inácio Salgueiro (SEJUSP); 7) Helen de O. Nunes Barros (SEPLAG). **Representante Sociedade Civil Conselheiros (as):** 1) Adjanir Silva (representando o Movimento Unificado Negro de Divinópolis); 2) Maria Eunice Ferreira Gama (representando a Fundação Conscienciarte); 3) Jaime Eduardo Cohen Aronis; (Federação Israelita do Estado de Minas Gerais); 4) Luana Paulino Amarante (Indômitas Coletiva Feminista); 5) Glaucia Cristine Martins (Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango); 6) Felipe Augusto Silva (SJMR/BH). **I - Justificativas dos conselheiros (as) ausentes:** 1) Amanda Pereira dos Santos (SEDESE/SUBAS); 2) Rogéria Maria Alves Borges Rodrigues (SEDE); 3) Ciro Cesar de Carvalho (SEE); 4) Itamar Pena Soares (Associação Estadual Povos Ciganos) justificaram previamente suas ausências. **II – Convidados:** Ana Rita Lopes Pereira (Técnica da Diretoria de Apoio aos Órgãos Colegiados); Liliane Rosa (SEE); Ione Maria Gonzaga Doutora em Educação UFMG. A secretária executiva Elenir informou que de acordo com o encaminhamento da última reunião, ficou decidido que convidaríamos o Conselho Estadual de Ensino, a Professora Natália Colem da PUC, a professora Iara Pires Viana e a professora Ione Maria Gonzaga. Enviamos o convite para todos eles, mas somente a professora Ione Maria Gonzaga é que nos respondeu e aceitou o convite para estar presente aqui conosco. **III - Suporte Técnico:** Elenir Rios, secretária executiva do CONEPIR/MG, Judite Vieira e Gislene Ramos técnicas da secretaria do CONEPIR e Wallison Francisco Gomes (CTIC/CDH/SUBDH). **IV - Verificação do quórum:** Às 14h20, foi constatado o quórum regimental com a presença de 13 conselheiros (as). Em seguida, a presidente Clever fez a leitura e aprovação da pauta. **V- PAUTA:** 1) Acesso e permanência de estudantes negros em escolas e universidades públicas, com foco na melhoria das condições de aprendizagem e inclusão 2) Encerramento. O conselheiro Felipe pediu a palavra e disse que queria compartilhar de uma oportunidade para os conselheiros, mas não é algo sobre a pauta, vou pedir para falar sobre isto mais ao final da reunião. O presidente colocou em votação a aprovação da pauta que foi aprovada por todos conselheiros (as). **Aprovação da ata da reunião anterior.** O presidente pergunta se alguém quer acrescentar algum ponto nessa ata ou excluir? Levante a mão, por favor, como não houve nenhuma consideração a ser feita, a ata foi aprovada por todos (as). O presidente apresenta a professora Ione que irá discorrer sobre o tema de pauta. A secretária executiva Elenir disse que no convite que encaminhamos para a professora Ione foi também os questionamentos que o conselheiro Ciro nos passou por via e-mail, mas que a professora é livre para falar sobre esses questionamentos. O presidente Clever diz a professora para ficar a vontade e nos auxiliar nesta pauta aí colocada. A professora Ione Gonzaga dá boa tarde a todas as pessoas, agradece ao convite e diz se sentir alegre em poder contribuir de alguma forma com debates já iniciado no CONEPIR sobre a educação das relações étnicas raciais. Recebi conforme já dito pela secretária Elenir o documento constando algumas indagações acerca da educação e respondi a ela que muitas das perguntas não caberiam eu trazer respostas para essas indagações e sim a Secretaria de Educação. Então, a primeira coisa que eu gostaria de deixar evidenciado a partir das considerações que me foram apresentadas algumas ponderações que fiz para o CONEPIR: O acesso e permanência de estudantes negros em escolas e universidades públicas. A primeira coisa importante é pensar em termos do acesso para as escolas da educação básica se já estão garantidas, as crianças, os jovens, os adolescentes estão matriculados nas escolas? Então esse é um dado importante. A outra questão é da permanência, é preciso qualificar o que chamamos de permanência, é só estar na escola, é só cumprir a quantidade de dias letivos tendo frequência ou é estar na escola matriculado, cumprir essa frequência e ter um bom desempenho. A educação, como nós sabemos, é um direito social, mas é um direito humano, e nós sabemos das possibilidades que é ter a educação formal. Então, quando nós temos crianças e adolescentes e jovens fora da escola isso significa uma ruptura com uma proposta de futuro que se tem mais à frente. Mostram que tem um perfil de estudante que não acessa igualmente. As oportunidades são para as crianças, os adolescentes e os jovens negros, crianças, adolescentes, jovens indígenas, crianças e adolescentes ciganos, crianças e adolescentes de povos e comunidades tradicionais. Então, são esses grupos que o CONEPIR tem algum conhecimento sobre eles. A escola é um lugar para nós, negras e negros, assim como para os indígenas, os povos tradicionais quilombolas. Ao tratar diferentemente, ele mostra na sua prática pedagógica esse racismo. Isso muitas vezes vai levar a esse estudante se desestimular a permanecer na escola. Aí fazemos aquele discurso, porque ele é de família pobre, precisava ajudar em casa, as condições materiais eram precárias, mas as condições educacionais não foram garantidas. Outro elemento que nós precisamos ver é a questão das condições efetivadas para que essas pessoas se sintam incluídas, e aí a gente pode analisar a partir do monitoramento. Hoje nós temos políticas afirmativas que garantem o acesso de estudantes negros, de estudantes indígenas, de pessoas com deficiência, de pessoas de baixa condição social. Será que estas instituições estão preparadas para acolhê-los? Como que elas podem pensar uma política pública para atender as demandas desse público? Temos que pensar em estratégias para melhorar as condições de aprendizado e inclusão, qualificar a permanência desse público para que eles possam prestar um serviço público de qualidade para o qual será remunerada. Esta é uma

atribuição que o conselho também tem que pensar. Então, um diálogo entre o conselho, a Fundação João Pinheiro, a Unimontes e a UEMG será fundamental porque esses estudantes vão dialogar com os quilombos, com os ciganos, com os povos e comunidades tradicionais. A legislação que vocês trouxeram foi a lei 12711, que já foi atualizada pela lei 14723, que estabelece cotas para acesso nos institutos federais e nas universidades públicas federais, para negros incluindo indígenas, quilombolas. Em Minas Gerais, foi aprovado recentemente o estatuto da igualdade racial na Assembleia Legislativa. O estatuto mineiro é um avanço, poucos estados tem um estatuto. É importante a sua divulgação. O que o estatuto da igualdade racial garante ainda que não tenha sido aprovada, as quotas para ingresso de pessoas negras no serviço público para que os direitos nessa área sejam garantidos. Outra questão fundamental e que foi aprovada é o avanço da Constituição do Sistema Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Nós temos já uma estrutura com a participação da sociedade civil, mas esta estrutura precisa se replicar também nos municípios, para que eles passem a integrar o sistema. Então, por exemplo, quando se está na Secretaria de Direitos Humanos, dialogamos muito com a Secretaria de Saúde pensando na saúde da população negra, com a política sobre a doença falciforme, com acesso às medicações garantidas em lei, com o comprometimento do Estado. É preciso ter um fluxo da política verificando na ponta através dos municípios para que possam participar ativamente, criando suas secretarias, suas diretorias de igualdade racial e criando seus conselhos a fim de fortalecer a política de promoção da igualdade racial. Uma atribuição do CONEPIR é orientar os municípios no processo de criação dos conselhos para a promoção da igualdade racial com a participação da sociedade civil. O principal desafio não é só a implementação da lei 10639, mas a implementação de uma política pública de qualidade, considerando os efeitos do racismo e os efeitos da escravidão. Está no imaginário social que todas as pessoas pretas não têm crédito social. Então, este imaginário é o maior desafio na minha percepção. Existem grupos que socialmente são valorizados como há grupos que socialmente são desvalorizados, precisamos nos educar para as relações raciais. Foi garantido pela Constituição de 1988, que cada estado tem que ter um agente de governança dessa política, alguém que vai dinamizar e monitorar de como essa política chega aos municípios criando também um agente de governança municipal. As pessoas precisam ser bastante articuladas e conhecedoras dos direitos das populações. Esta é uma atribuição fundamental na minha percepção. Então eu paro por aqui e a gente pode dialogar. Obrigada pela oportunidade. O presidente Clever agradece a professora Ione e passa a palavra para o conselheiro Adjanir que dá boa tarde a todos e diz que foi muito importante e profícua a fala da professora, sentimos que é uma luta intensa que temos pela frente e esta é a terceira ou quarta reunião que nós estamos fazendo sobre esse assunto aqui no CONEPIR. Fizemos o convite e temos a ausência do estado, da responsabilidade em assumir esse compromisso, porque o que eu vejo enquanto movimento negro é que o estado é racista e ele quer se manter racista porque é conveniente. Ficamos conversando entre nós e não conseguimos colocar o estado de frente com esse problema. Até hoje o negro não tem sua terra, não tem educação, não tem acesso à saúde, a moradia e o estado quer manter dessa forma porque é conveniente para o capitalismo. Quando você está diante de um problema tão grande sem solução, você acaba adoecendo e não conseguindo lutar contra ele, o povo preto é a maioria da população brasileira e o estado não está nem aí para nós. Temos que juntar forças e fazer isso mudar, temos que repensar, e a senhora nos deu isto como tarefa. Agradeço sua presença. O presidente Clever passa agora a palavra para a conselheira Nayara que se apresenta que como estudante da Fundação João Pinheiro e diz que sentiu falta desse estudo voltado para o negro, saiu da Fundação com imaturidade mesmo em relação ao que fazer para além de indicadores e políticas públicas, pois se aprende mais em economia e clássicos da administração pública. Então, essa consideração da Ione foi válida, inclusive serviu para mim também. Foi pertinente a questão pontuada pela Ione do diálogo do CONEPIR com a Fundação João Pinheiro, Secretaria da Educação e quem sabe o Ministério da Educação. Percebemos que as escolas tem que deixar de ser um local de desconforto para o público negro, pela falta de acolhida, pela falta de assistência, pela falta de entendimento do que aquela pessoa precisa ali. Deixo registrado que as falas da Ione que contribuíram muito como conselheira, como pessoa e como servidora pública e estou aqui para ajudar. O presidente agradece a Nayara e passa a palavra para a conselheira Gláucia que dá boa tarde a todos e diz que foi muito importante a conversa com a professora Ione. Nós temos um caminho muito grande a seguir, porém precisamos avançar em relação ao ensino fundamental, sinto que o governo de Minas é totalmente isento das responsabilidades. Vemos essa diferença entre o ensino de uma escola municipal para o ensino de uma escola estadual. Acredito que tem que ter certo cuidado com a grade escolar, porque não falar com os professores também. A remuneração também é importante porque se não der condições para os educadores o ensino fica por vezes comprometido. Os jovens estão fora da escola porque eles precisam trabalhar. Eles precisam ter um modo de viver. A educação faz parte de um conjunto, de um todo, tem que ser mais qualificada, mais orientada e mais fiscalizada. Agradeço muito esse momento com você. O presidente pede a secretaria executiva para olhar no chat se tem mais alguém com a mão levantada ela responde que não. Clever pede então a professora Ione para dar às respostas as indagações feitas. A professora agradece as contribuições e que continuaremos no processo de reflexão ou de diálogo mesmo. O s.r. Adjanir fala que dei uma responsabilidade muito grande para o CONEPIR, mas essas são as atribuições do conselho, ele tem este papel fundamental. Concordo que temos um racismo institucionalizado, um racismo estrutural, mas por trás desse racismo institucionalizado e estrutural tem pessoas que operam para que tudo isso permaneça. Na minha época de conselho tinha representação da assembleia legislativa, atualmente estão participando? Se não tem sido cobrada oficialmente essa ausência. Eu acho que é preciso ter algumas ações, um processo de diálogo talvez seja interessante para que se tenha conhecimento de qual é o propósito de participação no CONEPIR. Todas essas questões podem nos levar adoecimento, se não arregaçar as mangas, ficaremos só no discurso. Eu tenho tentado enquanto professora orientar as pessoas negras que tiveram maior dificuldade em acessar as instituições. Então hoje vou para os espaços conversar sobre a educação, as relações éticas, raciais, para que as professoras e os professores compreendam que bullying é diferente de discriminação racial, ambos ferem, mais um desumaniza que é a discriminação racial. Tenho tido alegria de não trabalhar somente na educação, mas transitar um pouco com a questão da sociologia com outras áreas para ampliar o olhar. Nayara traz a questão da permanência, que é fundamental pensar, mas como permanecer em um ambiente hostil. Por isso que precisa mudar. A conselheira Gláucia pede a palavra e diz que tem vários questionamentos e que estamos em um momento bastante difícil da nossa da nossa caminhada enquanto sociedade por tudo que se tem visto na organização social e política. Tem coisas que precisamos refletir na nossa prática e tem coisas que a precisamos provocar. Tem que se ter organização curricular, infraestrutura e visibilidade de quais são as ações que estão sendo feitas. A educação transforma. O presidente agradece a conselheira Gláucia e passa a palavra para a convidada Liliane que diz: devo participar do CONEPIR pela da Secretaria de Estado de Educação e sei que de fato esperam-se algumas respostas do estado porque nem todas foram dadas, algumas estão em construção e outras vêm se desenvolvendo no sentido de pensar a questão da equidade e nas ações a serem implementadas. Tem sido solicitada a presença de uma pessoa de dentro da estrutura da Secretaria de Educação que tenha o escopo de responsabilidade maior do que aquele que desenvolvo como servidora, não sei se deveria fazer de alguma forma pressão para participação dessa pessoa na reunião do conselho. Talvez fosse também interessante pensar na participação civil no sentido dos estudantes tanto de redes municipais como estaduais para que saibam da existência do CONEPIR, do que desenvolve e da importância do espaço para a discussão das questões ligadas à pauta étnica racial. A professora Ione trouxe um fato muito importante para pautar dentro da educação que é essa necessidade da implementação da lei e também do diálogo e uma série de outras ações que o estado e a sociedade civil precisariam fazer em acompanhar e participar da garantia de dos direitos humanos básicos da população negra. O presidente agradece a convidada Liliane e passa a palavra para o conselheiro Adjanir que agradece e diz que fazemos é um trabalho de

formiguinha, todos os dias o conselho tenta alavancar e não consegue, porque o estado não está fazendo a parte dele. Aqui em Divinópolis a escola proibiu o professor de dar aula porque diziam que estava ensinando macumba. Se você vai a algum lugar e professa que você é umbandista você é tachado o tempo inteiro. Nós temos lei que garante a nossa expressão, a nossa manifestação religiosa e cultural, nós temos uma lei que não é cumprida pelo estado que não resguarda o nosso povo, não resguarda a nossa cultura, a nossa fé, a nossa religiosidade. Deveríamos ser propositivos e mostrar ao estado o que seria melhor para população. Você tem uma lei que tem 23 anos ou mais e de repente a lei não é implementada porque o estado não quer fazer isso. E quando é que vai mudar isso? Nós vamos ter que esperar a boa vontade de outro governante? A conselheira Glaucia diz que quer falar com a Liliane, que quando falo para chamar a educação, é porque precisamos é de decisão para a lei ser cumprida, é isso que queremos ver mudar. Então é só esse questionamento. O presidente pergunta a professora lone se tem mais alguma consideração a fazer. A professora responde que sim. Concordo com o Adjanir que temos muitos discursos sobre o estado, eu só digo que a gente tem que agir, não dá para paralisar por que o estado quer que fiquemos paralisados. É nesse sentido que estou dizendo, que o conselho tem as suas atribuições, então quem chega ao conselho precisa conhecer a política até para saber como que pode contribuir, infelizmente tem pessoas que não contribuem, não conhecem a política e também não estão muito preocupados. São as coisas pequenas que vão produzindo a transformação geral. Tem que trabalhar a legislação. A lei 10639 muda as diretrizes nacionais da educação. Então, trabalhar as relações étnicas raciais é para todos, até para o que as os estudantes brancos que sentem mais importantes que todo o mundo. Então, para eles entenderem o contexto da colonização, como que os antepassados deles foram os colonizadores, como que foram violentos, como que dizimaram pessoas é necessário que eles também ouçam, os estudantes precisam saber disso. Achei muito importante as intervenções da Liliane, principalmente, quando diz que o conselho não deve exercer somente o controle social, mas ele pode ser um conselho propositivo, porque assim as reuniões do conselho ficam mais interessantes, dá uma movimentação interna no grupo, do que somente aprovar a ata. O presidente agradece e diz então que todas essas contribuições podem ser transformadas em encaminhamentos. Que vocês acham conselheiros? Todas essas contribuições que a professora trouxe nesta palestra, fazendo essas proposições um excelente meio para transformar em encaminhamentos. E a Liliane também traz essa contribuição de transformar nosso conselho também em propositivo. Transformar essa proposta da educação em uma proposição, ao invés da gente esperar que a Secretaria de Estado de Educação trouxesse para nós alguma coisa já levaríamos a proposta pronta porque o nosso conselho será propositivo e não apenas consultivo. Poderíamos criar um grupo de trabalho para levar para a Secretaria de Educação uma proposta em cima de tudo aquilo que se ouviu aqui hoje. O que vocês acham? O conselheiro Adjanir diz achar que é uma boa ideia principalmente a questão de ser propositivo. A conselheira Nayara diz que concorda e acha importante acionar nossas instâncias governamentais, mas acredito também que é importante monitorar e verificar o que realmente está sendo efetivo ou não. Como é uma proposição não podemos ficar somente no viés do executivo, seria interessante envolver o legislativo ou poder judiciário também. Aí entra o monitoramento, com uma análise mais cuidadosa e se for necessário agir, solicitar parceiros de outros órgãos a agir também. O presidente se dirige a Liliane e diz que a sua contribuição foi muito boa e a sua experiência será fundamental para o CONEPIR, creio que a publicação da sua nomeação já está para acontecer. A convidada Liliane agradece. O presidente continua sua fala dizendo que a outra provocação é a respeito dos representantes da assembleia legislativa. Estamos sentindo falta deles. Podemos verificar a possibilidade de estar indicando outra pessoa para assumir a representatividade da assembleia legislativa. Percebemos que não é só a assembleia legislativa, mas outros governamentais que estão faltosos. Passo a palavra para a professora lone e depois para o conselheiro Felipe. A professora lone agradecer a oportunidade e se coloca à disposição para outros diálogos para irmos aprofundando a compreensão sobre a política e que precisamos caminhar juntos sem medo. O presidente agradece a presença da professora, a rica contribuição que trouxe para o CONEPIR, convidando-a para repetir a visita e que será bem vinda. A professora diz que a primeira proposta que faço é sentarmos para ler juntos o estatuto da igualdade racial e pensar nas articulações. Eu também agradeço e acho que foi muito bom. Eu gosto dessas ações que me fazem refletir sobre a minha caminhada enquanto cidadã mineira, pesquisadora da educação, de relações étnicas raciais e tento transformar esses números. Peço licença para sair porque eu tenho outra reunião daqui a 20 minutos. O presidente passa a palavra para o conselheiro Felipe para dar o informe. Ele diz que na verdade, é para compartilhar que o Ministério da Igualdade Racial publicou um edital de chamamento público para o programa de desenvolvimento de lideranças para governança global. Esse edital busca justamente promover a participação, o desenvolvimento das capacidades dessas pessoas como os quilombolas, os ciganos, os indígenas, os tradicionais de terreiro e conversar pouco sobre vários temas, ou seja, quanto mais pessoas participarem, mais diversa será representação de Minas. Vou mandar para a Elenir o edital para vocês e desejar boa sorte. A conselheira Nayara pergunta se é só para a sociedade civil. Como é que funciona. O conselheiro Felipe diz que na verdade é aberto para público em geral, o que eles pedem é o comprometimento porque será uma formação ao longo do ano. São 30 vagas para lideranças quilombolas, 15 vagas para lideranças de povos e comunidades tradicionais de terreiro de matriz africana, 15 vagas para lideranças de povos ciganos e 40 vagas para lideranças de outras representações da comunidade negra. Os requisitos de participação é estar em dia com as obrigações eleitorais militares e a comprovação dessa vinculação. É gratuito e online. As pessoas que participem dessa formação podem ter a chance de ir para Belém participar da COP 30. A secretaria executiva Elenir pede a palavra e confirma que irá compartilhar o edital que o Felipe irá mandar. O informe que darei é para lembrar aos conselheiros que nós estamos no processo eleitoral. Estamos com as inscrições abertas até o dia 24/04. Temos algumas entidades que não podem concorrer como candidatas, mas podem se inscreverem como eleitoras. Então eu peço aos conselheiros que entrem no site do CONEPIR se inscrevam e divulguem para outras entidades que não fazem parte do Conselho para se inscreverem como candidatas ou como eleitoras. A divulgação está também sendo feita no site do CONEPIR e na página da SEDESE, texto elaborado pela Juliana Cordeiro. Obrigada. O presidente pergunta se mais alguém gostaria de dar um informe. Como não houve nenhuma manifestação vamos encerrar nossa reunião, às 16 horas e 15 minutos. Agradeço a todos até a próxima reunião. Muito obrigado. Tenha um bom feriado.



Documento assinado eletronicamente por **Glaucia Cristine Martins de Araujo Caetano**, **Usuário Externo**, em 03/07/2025, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JAIME EDUARDO COHEN ARONIS**, **Usuário Externo**, em 04/07/2025, às 07:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adjanir Silva**, **Usuário Externo**, em 04/07/2025, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nayara de Castro Dias, Servidora Pública**, em 09/07/2025, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clever Alves Machado, Diretor(a)**, em 10/07/2025, às 08:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Caroline Valeriano Silveira Simões, Servidor(a) Público(a)**, em 24/07/2025, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fatima Cristina Pinto, Servidor (a) Público (a)**, em 30/07/2025, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erika Cristiane Inácio Salgueiro, Servidora Pública**, em 21/10/2025, às 12:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **116797652** e o código CRC **38840842**.

**Referência:** Processo nº 1480.01.0001606/2025-58

SEI nº 116797652